

**PAULO
RANGEL**

**DIREITO
PROCESSUAL
PENAL**

27^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA ATLAS LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Fabricio Vale
- Data de fechamento: 14.01.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

R155d
Rangel, Paulo

Direito processual penal / Paulo Rangel. – 27. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-97-02006-9

1. Processo penal – Brasil. 2. Inquérito policial. I. Título.

18-54383

CDU: 343.1(81)

Leandra Felix da Cruz – Bibliotecária – CRB-7/6135

11412355

Sumário

Título I – Direito Processual Penal	1
Capítulo I – Princípios Básicos do Processo Penal	3
1.1 Conceito da palavra <i>princípio</i>	3
1.2 Devido processo legal	4
1.3 Verdade processual	7
1.4 Publicidade dos atos processuais	14
1.5 Contraditório	17
1.6 Imparcialidade do juiz	21
1.7 Presunção de inocência	25
1.8 Princípio do <i>favor rei</i>	37
1.9 Promotor natural	38
1.10 Princípio da razoabilidade da duração do processo	45
Capítulo II – Sistemas Processuais	49
Noções gerais	49
2.1 Sistema inquisitivo	50
2.2 Sistema acusatório	52
2.3 Sistema misto ou acusatório formal	54
2.4 O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto	58
2.4.1 Sistema acusatório e o Decreto-Lei nº 7.661/1945 (<i>vide nova Lei de Falências, nº 11.101/2005</i>)	58
2.4.2 Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/1951)	59

2.4.3	Sistema acusatório e a revogada Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/1995) – A Lei nº 12.850/2013 revogou expressamente a Lei nº 9.034/1995.....	59
2.4.4	Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/1996)	61
2.4.5	Sistema acusatório e o Código de Processo Penal.....	61
Capítulo III – Inquérito Policial		73
Noções		73
3.1	Conceito	75
3.2	Natureza jurídica	81
3.2.1	Condenação com base no inquérito policial – Lei nº 11.690/2008.....	83
3.2.2	Diligência investigatória determinada pelo juiz	86
3.2.3	Rejeição de parte da denúncia.....	87
3.2.3.1	Conclusão.....	95
3.2.4	Vício no inquérito policial que acarreta sanção de nulidade	98
3.2.5	Da avocação e redistribuição do inquérito policial e da remoção do delegado de polícia.....	101
3.3	Características	103
3.3.1	Inquisitorial	103
3.3.2	Formal.....	104
3.3.3	Sistemático	104
3.3.4	Unidirecional.....	105
3.3.5	Sigiloso	106
3.3.6	Discrecionário	110
3.4	Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público.....	110
3.5	Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos)	115
3.6	A investigação criminal na Lei de Drogas nº 11.343/2006, que revogou as Leis nºs 6.368/1976 e 10.409/2002	120
3.7	Inquérito policial na Lei de Falências.....	158
3.7.1	Natureza jurídica do (revogado) inquérito judicial	159
3.8	Inquérito policial e foro por prerrogativa de função.....	162
3.9	Art. 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão constitucional....	164
3.9.1	Busca pessoal e fundadas razões.....	165
3.9.2	Condução coercitiva da testemunha no IP	167
3.9.3	Busca e apreensão e consentimento do cônjuge.....	167
3.9.4	Busca e apreensão domiciliar e o significado da expressão <i>dia</i>	169
3.9.5	Busca e apreensão e a <i>blitz</i> em carros particulares.....	170
3.9.6	Busca e apreensão domiciliar e cartas particulares.....	171
3.9.7	Busca e apreensão em escritório de advocacia: Lei nº 11.767/2008.....	172

3.10	Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitucional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica.....	176
3.11	Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional.....	182
3.12	Inquérito policial e a Lei nº 9.099/1995 – termo circunstanciado.....	185
3.12.A	Da violência doméstica – Lei nº 11.340/2006.....	191
3.13	Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princípio da obrigatoriedade da proposta de transação penal.....	218
3.14	Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor natural	221
3.14.1	Arquivamento implícito do inquérito policial	228
3.15	Desarquivamento do inquérito policial.....	233
Capítulo IV – Ação Penal		243
4.1	Noções gerais.....	243
4.2	Fundamento do direito de ação	244
4.3	Natureza jurídica do direito de ação	245
4.4	Conceito e características do direito de ação	246
4.5	Natureza jurídica da norma que regula o direito de ação.....	247
4.6	Ação penal pública	248
4.6.1	Princípios básicos.....	249
4.6.1.1	Obrigatoriedade – visão constitucional	249
4.6.1.2	Indivisibilidade	258
4.6.1.2.1	Indivisibilidade e as infrações penais de menor potencial ofensivo.....	261
4.6.1.3	Indisponibilidade.....	262
4.6.1.3.1	Indisponibilidade e a Lei nº 9.099/1995.....	266
4.7	Ação penal de iniciativa privada.....	269
4.7.1	Noções gerais.....	269
4.7.1.A	O Código Civil – Lei nº 10.406/2002 – e as normas processuais penais	277
4.7.2	Princípios básicos.....	285
4.7.2.1	Oportunidade ou conveniência.....	285
4.7.2.2	Disponibilidade.....	287
4.7.2.2.1	Do perdão	287
4.7.2.2.2	Da perempção	288
4.7.2.3	Indivisibilidade	288
4.7.2.4	Intranscendência.....	295
4.8	Ação penal de iniciativa privada personalíssima	296
4.9	Condições para o regular exercício do direito de ação	298
4.9.1	Legitimidade.....	299
4.9.2	Interesse de agir	301

4.9.3	Possibilidade jurídica	302
4.9.4	Justa causa	304
4.10	Ação penal e a proposta do art. 76 da Lei nº 9.099/1995 e o princípio do <i>nulla poena sine iudicium</i> – visão constitucional.....	305
4.10.1	Juizados especiais itinerantes	314
4.11	Ação penal pública condicionada à representação e à Lei nº 9.099/1995.....	315
4.12	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	321
4.13	Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública	326
Capítulo V – Aditamento no Processo Penal		331
Aditamento no processo penal		331
5.1	Fundamento e princípios (verdade processual, obrigatoriedade, congruência e contraditório).....	331
5.2	Conceito	333
5.3	Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimento e esclarecimento)	333
5.4	Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo.....	335
5.5	Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescrição.....	338
5.6	Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia.....	339
5.7	Consequências processuais do aditamento à denúncia	340
Capítulo VI – Jurisdição		355
Noções		355
6.1	Princípios	356
6.1.1	<i>Ne procedat iudex ex officio</i>	356
6.1.2	Indeclinabilidade da jurisdição.....	357
6.1.3	Indelegabilidade da jurisdição	357
6.1.4	Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição	357
6.1.5	Juiz natural	358
6.1.6	Unidade da jurisdição	360
6.1.7	<i>Nulla poena sine iudicio</i>	361
6.1.8	Lei nº 13.491/2017 – Alteração de competência do crime militar	361
6.2	Competência.....	374
6.2.1	Conceito.....	374
6.2.2	Natureza jurídica	374
6.3	A competência na Justiça Federal.....	375
6.4	A competência na Justiça Estadual.....	392
6.4.1	Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida.....	397
6.4.2	Conexão e continência – crimes eleitorais e os crimes comuns	398

6.4.3	Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida.....	406
6.4.4	Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e o foro por prerrogativa de função	407
6.4.5	Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo – Lei nº 11.313, de 28/6/2006 ...	425
6.4.6	Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função.....	430
6.4.7	Justiça Militar e as infrações penais de menor potencial ofensivo.....	435
6.4.8	Tribunal do Júri e desclassificação	458
6.4.9	Conexão e continência e competência recursal.....	463
6.4.10	Conflitos de competência de atribuição – distinção.....	465
6.4.11	Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) – EC nº 45/2004	470
6.4.12	Lei do juiz sem rosto (em verdade, da decisão coletiva)	487
Capítulo VII – Teoria Geral da Prova.....		493
	Conceito e finalidade ou objetivo da prova	493
7.1	Objeto da prova	494
7.2	Meios de prova.....	495
7.3	Classificação da prova.....	495
7.3.1	Quanto ao objeto.....	496
	7.3.1.1 Direta	496
	7.3.1.2 Indireta.....	496
7.3.2	Quanto ao sujeito	497
	7.3.2.1 Prova pessoal.....	497
	7.3.2.2 Prova real.....	498
7.3.3	Quanto à forma	498
	7.3.3.1 Testemunha	498
	7.3.3.2 Documental.....	499
	7.3.3.3 Prova material.....	499
7.4	Natureza jurídica da prova.....	499
7.5	Princípios da prova.....	499
7.5.1	Princípio da comunhão da prova	500
7.5.2	Princípio da liberdade da prova.....	500
7.5.3	Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos...	502
	7.5.3.1 Prova ilícita, ilegítima e irregular.....	506
	7.5.3.2 Prova ilícita por derivação	507
	7.5.3.3 A reforma da Lei nº 11.690/2008	515
	7.5.3.4 Prova (i)lícita em favor do réu: teorias.....	518
7.6	Da prova emprestada.....	525

7.6.1	Conceito.....	525
7.6.2	Requisitos.....	525
7.6.3	Questões controvertidas.....	527
7.6.4	Natureza jurídica da prova emprestada.....	528
7.7	Indício, presunção e ficção – diferença.....	528
7.8	Da prova indiciária.....	533
7.9	Do ônus da prova.....	535
7.9.1	O ônus da prova e o poder instrutório do juiz.....	541
7.9.2	Natureza jurídica do ônus da prova.....	543
7.10	Do procedimento probatório.....	544
7.11	Sistemas de avaliação das provas.....	547
7.11.1	Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz.....	547
7.11.2	Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada.....	549
7.11.3	Sistema da livre convicção ou da persuasão racional.....	552
7.12	Natureza das normas que tratam das provas.....	554
Capítulo VIII – Processo e Procedimento.....		557
Processo: noções gerais e conceito.....		557
8.1	Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase contrato, da relação jurídica e do procedimento em contraditório).....	561
8.2	Pressupostos processuais.....	564
8.3	Procedimento e sua distinção de processo.....	565
8.4	Formas procedimentais.....	566
8.4.1	Procedimento ordinário dos crimes cuja sanção máxima cominada seja igual ou superior a quatro anos de pena privativa de liberdade.....	569
8.4.1.1	Oferecimento da denúncia (D).....	570
8.4.1.2	Resposta prévia à acusação (RPA) – art. 396-A do CPP	571
	8.4.1.2.A Do julgamento antecipado do caso penal: absolvição sumária – art. 397.....	573
8.4.1.3	Juízo de admissibilidade da acusação.....	577
	8.4.1.3.1 Recebimento fundamentado da denúncia.....	578
	8.4.1.3.2 Citação, intimação e requisição do preso.....	580
	8.4.1.3.3 Princípio da identidade física do juiz no processo penal.....	582
8.4.1.4	Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ: art. 400.....	589
	8.4.1.4.1 Prova de acusação (PA).....	590
	8.4.1.4.2 Prova de defesa (PD).....	593
	8.4.1.4.3 Esclarecimentos dos peritos às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas.....	594
	8.4.1.4.3.1 Esclarecimento dos peritos.....	594

	8.4.1.4.3.2	Assistente técnico na perícia.....	594
	8.4.1.4.3.3	Acareação.....	596
	8.4.1.4.3.4	Reconhecimento de pessoas e coisas	597
	8.4.1.4.4	Interrogatório do acusado (I) – arts. 185 <i>usque</i> 196 do CPP.....	598
	8.4.1.4.4.A	Interrogatório por videoconferência: Lei nº 11.900/2009.....	608
	8.4.1.4.5	Diligências (D).....	624
	8.4.1.4.6	Alegações finais orais (AFO)	624
	8.4.1.4.7	Sentença.....	626
	8.4.1.4.7.1	Relatório.....	627
	8.4.1.4.7.2	Motivação ou fundamentação..	627
	8.4.1.4.7.3	Conclusão (parte dispositiva ou <i>decisum</i>)	628
	8.4.1.4.7.A	Dever de indenizar no juízo criminal: (in)constitucionalidade..	628
8.4.2	Tribunal do Júri.....		633
	8.4.2.A	Introdução histórica.....	633
	8.4.2.B	Pedido de absolvição do promotor de justiça e quesito único	659
	8.4.2.C	Pronúncia com imputação genérica e consequente quesito genérico: o réu de qualquer modo concorreu para o crime?.....	661
	8.4.2.D	Direito penal do autor e direito penal do fato: não comparecimento do réu em plenário.....	665
	8.4.2.E	Pedido de absolvição pelo promotor de justiça e discordância do assistente de acusação. Pode o assistente de acusação sustentar a pronúncia em contradição com o pedido de absolvição do Ministério Público?	670
	8.4.2.1	Pronúncia.....	675
	8.4.2.1.1	Natureza jurídica da pronúncia.....	676
	8.4.2.1.2	Princípio do <i>in dubio pro societate</i> (?)	680
	8.4.2.1.3	Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia).....	681
	8.4.2.1.4	Pronúncia e crimes conexos	682
	8.4.2.1.5	Pronúncia e qualificadoras do crime.....	682
	8.4.2.1.6	Pronúncia e seus efeitos	686
	8.4.2.2	Impronúncia.....	687
	8.4.2.2.1	Natureza jurídica da impronúncia.....	691
	8.4.2.2.2	Prazo	692
	8.4.2.2.3	Requisitos da impronúncia	692

	8.4.2.2.4	Impronúncia e crimes conexos.....	692
	8.4.2.2.5	Impronúncia e efeitos civis	695
8.4.2.3		Despronúncia	696
8.4.2.4		Desclassificação.....	697
	8.4.2.4.1	Natureza jurídica da desclassificação	699
	8.4.2.4.2	Recurso da decisão desclassificatória.....	700
8.4.2.5		Absolvição sumária	700
	8.4.2.5.1	Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária.....	701
	8.4.2.5.2	Natureza jurídica da absolvição sumária.....	701
	8.4.2.5.3	Requisitos da decisão de absolvição sumária....	701
	8.4.2.5.4	Absolvição sumária e crimes conexos	704
	8.4.2.5.5	Absolvição sumária e efeitos civis	706
	8.4.2.5.6	Absolvição sumária e a revogação do recurso de ofício – Lei nº 11.689/2008.....	711
	8.4.2.5.7	Questões controvertidas nos crimes conexos e na continência (pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária).....	713
8.4.2.6		Libelo crime acusatório – revogado pela Lei nº 11.689/2008.....	719
8.4.2.7		Contrariedade ao libelo crime acusatório – revogada pela Lei nº 11.689/2008.....	722
8.4.2.8		Quesitação no júri: questionários.....	723
8.4.2.9		Regulamentação dos debates pelo juiz.....	741
8.4.2.10		Uso de algemas em audiência.....	742
8.4.2.11		Dos debates em plenário	751
8.4.3		Rito sumário da Lei de Drogas nº 11.343/2006.....	755
	8.4.3.1	Denúncia.....	756
	8.4.3.2	Defesa prévia	756
	8.4.3.3	Juízo de prelibação (juízo de admissibilidade da pretensão acusatória estatal).....	758
	8.4.3.4	Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ.....	765
	8.4.3.5	Medidas assecuratórias e inversão do ônus da prova	767
	8.4.3.6	Tráfico privilegiado (art. 33, § 4º): possibilidade da concessão de <i>sursis</i> e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Princípio da razoabilidade e da isonomia.....	768
8.4.4		Juizado Especial Criminal	780
8.4.5		Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) – aspectos processuais	782
	8.4.5.1	Institutos despenalizadores.....	783

8.4.5.2	Novo conceito de infração penal de menor potencial ofensivo	783
8.4.5.3	Procedimento comum ordinário, comum sumário ou comum sumaríssimo? Lei nº 11.719/2008	783
8.4.5.4	Quem é idoso para efeito do Estatuto?	785
8.4.5.5	Prescrição	786
8.4.5.6	Ação penal pública incondicionada	787
8.4.6	Lei de Falência – Lei nº 11.101, de 9/2/2005	788
Capítulo IX – Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória		791
Noções		791
9.1	Características	793
9.1.1	Pressupostos	797
9.2	Prisão em flagrante	798
9.2.1	Conceito de flagrante delito	799
9.2.2	Do fundamento da prisão em flagrante	799
9.2.3	Espécies de flagrante delito	804
9.2.4	Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de iniciativa privada	810
9.2.5	Flagrante nos crimes permanentes e habituais	812
9.2.6	Flagrantes preparado, esperado e forjado	814
9.2.7	Flagrante esperado, diferido ou retardado	817
9.2.8	Flagrante no crime tentado, consumado e formal	819
9.2.9	Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato – Lei nº 12.403/2011	821
9.2.10	Do procedimento do auto de prisão em flagrante – Lei nº 11.113/2005	823
9.2.11	Da comunicação da prisão em flagrante à Defensoria Pública	826
9.2.12	Da audiência de custódia	828
9.3	Prisão preventiva <i>stricto sensu</i>	829
9.3.1	Momento para a decretação da prisão preventiva	832
9.3.2	Pressupostos para a decretação da prisão preventiva	836
9.3.3	Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva	838
9.3.4	Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude	854
9.3.5	Princípio da motivação das decisões judiciais	855
9.3.6	Revogação da prisão preventiva	857
9.4	Prisão administrativa	857
9.5	Prisão preventiva na sentença penal condenatória recorrível – Lei nº 11.719/2008	861
9.6	Prisão preventiva na decisão interlocutória mista não terminativa de pronúncia – Lei nº 11.689/2008	870

9.7	Prisão temporária da Lei nº 7.960/1989	875
Capítulo X – Liberdade Provisória na Lei nº 12.403/2011 – Visão Constitucional		889
	Noções gerais.....	889
10.1	Liberdade provisória com ou sem fiança	890
10.1.1	Liberdade provisória vinculada sem fiança (art. 310, parágrafo único, do CPP)	891
10.1.2	Liberdade provisória vinculada sem fiança em caso de miserabilidade jurídica – art. 350 do CPP.....	893
10.1.3	Liberdade provisória mediante fiança (e, consequentemente, com vinculação) – arts. 322/323/324 do CPP	896
10.1.4	Finalidade da fiança	897
10.1.5	A autonomia da autoridade policial	897
10.1.6	Fiança nos crimes punidos com detenção cuja pena é superior a 4 anos.....	899
10.1.7	Crime tentado	901
10.1.8	Concurso material de crimes.....	902
10.1.9	Causa de aumento e diminuição de pena (concurso formal, crime continuado, causa especial de aumento de pena, causa especial de diminuição de pena)	903
10.1.10	Quebra da fiança.....	905
10.2	Liberdade provisória na Lei dos Crimes Hediondos.....	907
10.3	Estatuto do Desarmamento e Liberdade Provisória.....	910
10.A	Das medidas cautelares diversas da prisão. Princípios gerais	915
10.A.1	Autonomia das medidas cautelares	918
10.A.2	Legitimidade para requerer a medida cautelar	919
10.A.3	Medida cautelar e a oitiva da parte contrária: contraditório.....	922
10.A.4	Fungibilidade das medidas cautelares	923
10.A.5	Revogação e substituição da medida cautelar. RESE e HC.....	927
10.A.6	Princípio da proibição do excesso.....	928
10.A.7	Proibição de execução provisória da sentença. Retrocesso social	929
10.A.8	A homogeneidade da medida cautelar	931
10.A.9	A prisão cautelar e a inviolabilidade do domicílio.....	932
10.A.10	Prisão por precatória	932
10.A.11	Princípio da celeridade e da economia processual.....	932
10.A.12	A prisão e remoção do preso	933
10.A.13	A prisão e a celeridade na captura	933
10.A.14	O preso provisório e a separação do preso definitivo	934
10.A.15	A prisão em flagrante e sua conversão em prisão preventiva.....	935
10.A.16	Da prisão preventiva domiciliar	939
10.A.17	Das medidas cautelares diversas da prisão: art. 319	944

10.A.18 Medida cautelar de entrega do passaporte	954
10.A.19 Liberdade provisória com ou sem medida cautelar diversa da prisão – art. 321	955
Capítulo XI – Citação	957
Noções gerais e conceito	957
11.1 Natureza jurídica da citação	959
11.2 A Lei nº 9.271/1996 e os princípios da aplicabilidade imediata da lei processual penal e da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i>	960
11.2.1 Requisitos da suspensão	961
11.2.2 Limite de tempo da suspensão	962
11.2.3 Incidência da norma	964
11.2.4 Recurso da decisão de suspensão	966
11.2.5 Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser citado (arts. 361 e 362): a citação com hora certa no processo penal ..	966
11.2.6 Concurso de pessoas e citação por edital	968
11.2.7 Tribunal do Júri e citação por edital	969
11.2.8 Defensor público e citação por edital	970
11.3 Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo	970
Capítulo XII – Teoria Geral das Nulidades	971
12.1 Noções gerais e conceito de nulidade	971
12.2 Natureza jurídica da nulidade	975
12.3 Princípios processuais da nulidade	976
12.3.1 Prejuízo	976
12.3.2 Causalidade (contaminação ou contagiosidade)	979
12.3.3 Interesse	980
12.3.4 Convalidação	980
12.4 Sistemas	981
12.4.1 Certeza legal	981
12.4.2 Instrumentalidade das formas	981
12.4.3 Misto	982
12.5 Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção	982
12.6 O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural	983
Capítulo XIII – Teoria Geral dos Recursos	985
13.1 Conceito	985
13.2 Fundamento	986
13.3 Natureza jurídica do recurso	986
13.3.1 Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso	987

13.3.2	Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação).....	987
13.3.3	Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão	987
13.4	Princípios gerais dos recursos.....	988
13.4.1	Taxatividade	988
13.4.2	Unirrecorribilidade	988
13.4.3	Fungibilidade.....	989
13.4.4	Voluntariedade	990
13.4.5	Conversão.....	992
13.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	993
13.6	A <i>reformatio in pejus</i> indireta	995
13.7	Efeitos dos recursos	1006
13.7.1	Devolutivo.....	1006
13.7.2	Suspensivo	1012
13.7.3	Extensão subjetiva dos efeitos da decisão nos recursos	1015
13.8	Os recursos e o direito intertemporal.....	1017
13.9	Juízo de admissibilidade dos recursos.....	1019
13.9.1	Conceito.....	1019
13.9.2	Requisitos intrínsecos	1021
13.9.2.1	Legitimidade.....	1022
13.9.2.2	Interesse.....	1029
13.9.3	Sucumbência e interesse.....	1033
13.9.4	Requisitos extrínsecos	1034
13.9.4.1	Cabimento (possibilidade jurídica do pedido recursal)	1034
13.9.4.2	Tempestividade.....	1035
13.9.4.3	Regularidade formal.....	1037
13.9.4.4	Ausência de fatos impeditivos ou extintivos (desistência, deserção, preclusão e renúncia)	1038
13.10	Juízo de mérito (ou juízo de delibação).....	1040
13.11	Recursos em espécie (questões relevantes).....	1041
13.11.1	Recurso em sentido estrito	1041
13.11.2	Apelação	1046
13.11.2.1	Acórdão condenatório recorrível e a interrupção da prescrição – Lei nº 11.596/2007.....	1059
13.11.3	Protesto por novo júri	1060
13.11.4	Embargos infringentes e de nulidade.....	1077
Título II – Das Ações Autônomas de Impugnação		1085
Capítulo I – Do Habeas Corpus		1087
1.1	Conceito	1087

1.2	Natureza jurídica	1088
1.3	Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório, preventivo e coletivo	1089
1.4	Objeto do <i>habeas corpus</i>	1090
1.5	Legitimidade ativa.....	1092
1.6	<i>Habeas corpus</i> e as transgressões disciplinares militares: correta visão do problema.....	1094
1.7	Autoridade coatora: juiz, promotor de justiça e delegado de polícia.....	1097
1.7.1	Juiz e competência	1097
1.7.2	Promotor de justiça e competência.....	1097
1.7.3	Delegado de polícia e competência	1098
1.8	<i>Habeas corpus</i> e o ato de particular.....	1099
1.9	<i>Habeas corpus</i> e o direito líquido e certo.....	1102
1.10	<i>Habeas corpus</i> e o arquivamento do inquérito policial ou extinção do processo com julgamento do mérito	1105
1.11	Intervenção do promotor de justiça na ação de <i>habeas corpus</i> perante o primeiro grau de jurisdição	1106
1.12	<i>Habeas corpus</i> e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP)	1107
1.13	<i>Habeas corpus</i> e relaxamento de prisão: diferença	1107
1.14	<i>Habeas corpus</i> e o Juizado Especial Criminal	1108
1.15	<i>Habeas corpus</i> na Justiça do Trabalho	1113
1.16	<i>Habeas corpus</i> e a notificação do advogado para sessão de julgamento e sustentação oral, se o requerer	1116
Capítulo II – Revisão Criminal		1119
	Noções gerais.....	1119
2.1	Conceito	1120
2.2	Natureza jurídica	1121
2.3	Objeto.....	1122
2.4	Condições para o regular exercício do direito de agir	1123
2.4.1	Possibilidade jurídica do pedido.....	1123
2.4.2	<i>Legitimatío ad causam</i>	1123
2.4.3	Interesse processual	1125
2.5	Formas de revisão criminal	1125
2.6	Pressupostos legais.....	1125
2.7	Fundamentos legais da revisão criminal	1126
2.8	Revisão criminal de decisões não condenatórias.....	1130
2.9	Revisão criminal e a “ <i>sentença</i> ” que homologa a transação penal.....	1132
2.10	Efeitos da revisão criminal.....	1133
2.10.1	Alterar a classificação da infração penal	1134
2.10.2	Absolver o réu.....	1134
2.10.3	Modificar a pena.....	1136

XLVIII Direito Processual Penal • *Paulo Rangel*

2.10.4	Anular o processo	1137
2.10.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1138
2.11	Revisão criminal e sentença penal estrangeira	1139
Capítulo III – Mandado de Segurança em Matéria Criminal		1141
	Objetivos e noções gerais	1141
3.1	Conceito	1142
3.2	Natureza jurídica	1143
3.3	Objeto	1144
3.4	Questões controvertidas	1144
3.4.1	Identificação criminal	1144
3.4.2	Recurso próprio previsto em lei	1146
3.4.3	Prova contra si mesmo	1148
3.4.4	Requerimento do ofendido para se habilitar como assistente	1150
3.4.5	Direito de sufrágio do preso provisório	1151
3.4.6	Estrangeiro não residente no país	1152
Nota Final do Autor à 1ª Edição		1157
Referências Bibliográficas		1159
Índice Remissivo		1171

Nota da Editora: as alterações na organização básica das grades da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).